



GOVERNO DO

TOCANTINS

- Secretaria de Cidadania e Justiça

Edital de Convocação de Audiência Pública sobre prática de Trabalho Escravo na Região Sul do Estado do Tocantins

A Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE-TO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto N° 3.018, de 27 de abril de 2007,

FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Gurupi Tocantins, Prefeitura Municipal de Gurupi, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e demais órgãos e entidades correlatos, promoverá AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 30 de maio de 2016, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Gurupi, situado à Avenida Amazonas, n° 1.470, Centro, Gurupi, com o seguinte objetivo: discutir prática do crime de redução a condição análoga à de escravo na região sul do Estado do Tocantins.

Comunica, ainda, que a participação dos presentes será disciplinada de acordo com as regras determinadas pelos membros da COETRAE-TO, sendo a presidência exercida pela Presidente da mesma. Consigna, de antemão, que todos os presentes terão direito a fala, após o cadastro no próprio local de realização da audiência pública.

Será lavrada ata sucinta da audiência pública para disponibilização a todos(as) os(as) interessados(as) no prazo de cinco dias, a contar da realização.

Segue, anexo a programação detalhada do evento.

Esse edital será publicado no mural da Secretaria de Cidadania e Justiça bem como no site cidadaniaejustica.to.gov.br e será encaminhado aos órgãos parceiros para que deem a devida publicidade em suas redes.

Palmas – TO, 16 de maio de 2016.

Gleidy Braga Ribeiro
Presidente da Coetrae-TO



GOVERNO DO

TOCANTINS

- Secretaria de Cidadania e Justiça

PROGRAMAÇÃO

DIA 30 DE MAIO DE 2016

- Das 8h30 às 12h – Oficinas sobre o Trabalho Escravo e seu enfrentamento
- Das 14h30 às 18h – Audiência Pública
 - 14h30' – abertura da Audiência com composição da mesa de honra e fala das autoridades;
 - 15h10' – Fala do representante da CONATRAE ou COETRAE-TO;
 - 15h40' – Fala do representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
 - 16h10' – Fala do Ministério Público Federal;
 - 16h40' – Fala do Ministério Público do Trabalho;
 - 17h10' – Questionamentos e debate;
 - 17h45 – Assinatura do Termo de Cooperação e encerramento.